

Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT
Comitê Gestor do PROGRAMA DE ESTÍMULO À INTERAÇÃO
UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA O APOIO A INOVAÇÃO – FUNDO
VERDE-AMARELO

Ata da 2 ^a Reunião

Data: 26 de fevereiro de 2002
Local: Auditório Comandante Roy - Centro de Gestão e Estudos
Estratégicos
Brasília/DF

I. Presentes:

1. Membros do Comitê Gestor e seus suplentes:
 - Sr. Carlos Américo Pacheco - Representante do MCT
 - Sr. Guilherme Euclides Brandão – como suplente do Sr. Éesper Cavalheiro
- Representante do CNPq
 - Sr. Jorge Ávila - Representante da FINEP
 - Sr. Maurício Serrão Piccinini - Representante do BNDES
 - Sr. Moacir Fischmann - Representante do MDIC
 - Sr. Paulo Íris - como suplente do Sr. Sérgio Moreira – Representante do
SEBRAE
 - Sr. Mário Bernardini - Representante do setor empresarial
 - Sr. Marco Antônio Reis Guarita - Representante do setor empresarial –
como suplente do Sr. José Freitas Mascarenhas
 - Sr. Antônio Barros de Castro - Representante da comunidade acadêmica
 - Sr. Wilson Suzigan - Representante da comunidade científica

2. Convidados e apoio:
 - Sra. Lucia Melo - CGEE
 - Sra. Marisa Cassim - CGEE
 - Sr. Evando Mirra - CGEE
 - Sr. Antônio Márcio Buainain - CGEE
 - Sr. Roberto Vermulm - CGEE
 - Sr. Lélío Fellows Filho – CGEE
 - Sr. Antônio Sérgio Fragomeni – CGEE
 - Sr. Paulo Alvim – MDIC
 - Sr. Luiz Miraglia - MDIC
 - Sr. Reinaldo Ferraz - MCT/SEPTE
 - Sr. Reinaldo Fernandes Danna – MCT/SEPTE
 - Sr. Maurício Otávio Mendonça Jorge – MCT/ SEPTE
 - Sr. Sérgio Salles - FINEP
 - Sr. Joel Weisz – FINEP
 - Sr. Flávio Grynzpan. - FIESP
 - Sr. Rafael Leite P. de Andrade - CGEE

II. Reunião:

A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo, Sr. Carlos Américo Pacheco, Secretário Executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, que agradeceu a presença de todos e realizou a leitura da pauta, que continha os seguintes pontos: 1) Abertura, Sr. Carlos Américo Pacheco; 2) Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e Fundo Verde-Amarelo, Sr. Evando Mirra; 3) Aprovação da Ata da Reunião do Comitê Gestor realizada em 28 de Novembro de 2001; 4) Discussão e aprovação do Regimento Interno do Comitê Gestor Fundo Verde-Amarelo; 5) Relatório da aplicação dos recursos referentes ao ano 2001, Sr. Jorge Ávila; 6) Apresentação das fontes de financiamento e previsão de receitas do Fundo Verde-Amarelo para o ano de 2002, Sr. Carlos Américo Pacheco; 7) Apresentação do Fundo Verde-Amarelo no contexto das políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Carlos Américo Pacheco; 8) Discussão das diretrizes para o Fundo Verde-Amarelo; 9) Recomendações para o Plano Anual de Investimentos e ações imediatas do Fundo Verde-Amarelo. A pauta foi aprovada pelos membros do Comitê Gestor.

Dando início ao primeiro ponto da pauta, o Sr. Carlos Pacheco passou a palavra ao Sr. Evando Mirra, que discorreu a respeito do importante papel do Fundo Verde-Amarelo no que tange à estratégia de investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação em nível nacional, bem como, apresentou as formas de inserção do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. Destacou, em particular, o aporte de subsídios técnicos necessários para alimentar as discussões e decisões do Comitê Gestor. Informou ainda que já teve início um trabalho de estabelecimento de indicadores de gestão, considerados fundamentais para a transparência das ações, acompanhamento e avaliação dos Fundos Setoriais.

Em seguida, o Sr. Carlos Pacheco iniciou a leitura da ata da primeira reunião do Comitê Gestor ocorrida em 28 de novembro de 2001. O Sr. Maurício Piccinini levantou o fato de que a Ata conteria uma imprecisão, pois explicitava que o Regimento Interno havia sido aprovado, quando este mesmo assunto constava na pauta da reunião realizada naquele momento. Foi esclarecido que não havia inconsistência, e que este ponto seria tratado como revisão do Regimento Interno aprovado na primeira reunião. Foi esclarecido ainda que de fato o regimento havia sido aprovado na reunião de 20 de novembro de 2001, e que se tratava de apreciar algumas modificações consideradas pertinentes.

O Sr. Moacir Fischmann questionou o fato da Ata não explicitar a destinação de R\$ 20 milhões do orçamento de 2002 para o SEBRAE. Em resposta a este questionamento, os Srs. Buainain, Guarita, Suzigan e Pacheco esclareceram que o acertado foi uma reserva de R\$ 50 milhões do orçamento de 2002 para que os projetos contratados em 2001 não fossem prejudicados por eventuais interrupções. O sentido da autorização de gasto de R\$ 50 milhões, não foi colocar em operação novas iniciativas, mas apenas permitir a contratação dos projetos incluídos na carteira de 2001, que em sua maioria prevêem desembolsos em 3 parcelas, sendo apenas a 1ª liberada em 2001. Foi esclarecido que, de fato, a preocupação com a continuidade de várias ações como o PATME e PROGEX havia sido levantada pelo Sr. Sérgio Moreira, mas que a discussão havia evoluído no sentido de autorizar apenas a contratação

dos projetos listados no ano 2001. O Sr. Fischmann aceitou as explicações e o assunto foi encerrado.

Foi consenso entre os participantes que as próximas Atas devem ser mais descritivas, de modo a possibilitar o resgate dos debates ocorridos e das idéias expostas. Ficou decidido que a Secretaria Técnica do Fundo prepararia, além da ata, um documento de transcrição dos debates ocorridos durante a reunião. Após algumas correções de caráter ortográfico, a Ata da reunião de 28 de novembro de 2001 foi aprovada.

Em seguida o Comitê Gestor passou à revisão do Regimento Interno aprovado na reunião anterior. A Secretaria Técnica do Fundo Verde-Amarelo apresentou a nova redação do Regimento Interno, que incorporava sugestões dos próprios membros do Comitê Gestor. Foi sugerida a supressão do Artigo 13º, que atribuía ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos o papel de assessor do Comitê Gestor; a reformulação do Artigo 10º, relacionado à participação de outras pessoas e instituições nas reuniões do Comitê Gestor; e a designação formal de que o Comitê Gestor seria assessorado por uma Secretaria Técnica. A incorporação destas modificações ao Regimento Interno do Fundo Verde-Amarelo foi aprovada, com a ressalva de que será necessária uma consulta à Assessoria Jurídica do MCT, no sentido de verificar qual seria a melhor maneira de instituir a figura dos suplentes dos membros do Comitê Gestor e da substituição do Presidente do Comitê Gestor, sem ferir a Lei 10.168 de 29.12.2000 e o Decreto 3.949 de 02.10.2001. Realizada a consulta, o Regimento deverá ser alterado para que as eventuais substituições e representações dos membros estejam regimentalmente previstas. *Pro tempore* ficou estabelecido que, na eventualidade de ausência do titular, este oficiará ao Presidente, designando formalmente seu substituto. O Regimento Interno aprovado encontra-se anexado a esta Ata.

Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Jorge Ávila iniciou a exposição da prestação de contas referente aos projetos contratados em 2001 com recursos do Fundo Verde-Amarelo. Indicou a contratação de 231 projetos, no valor total contratado de R\$ 152,2 milhões; o desembolso em 2001 foi de R\$ 57,5 milhões. Os projetos contratados em 2001, implicarão num desembolso de R\$ 50 milhões em 2002 e de R\$ 33,4 milhões em 2003. Como a arrecadação de dezembro de 2001 do Fundo Verde-Amarelo não foi transferida ao FNDCT, a FINEP também lançou R\$ 11,3 que deveriam ter sido pagos em 2001 em contas a pagar em 2002.

Neste ponto, o Sr. Carlos Pacheco destacou o grande esforço realizado pelas agências do MCT para contratar os projetos em tempo exíguo no final do ano passado. Destacou, ainda, que o fato dos projetos contratados terem sido selecionados na carteira das agências, não é um fato desabonador, posto que a aprovação passa pelo rigoroso critério de avaliações técnicas do CNPq e FINEP. O Sr. Pacheco explicou que, de um modo geral, a carteira vinha sendo fomentada pelas agências em conformidade com os princípios básicos da Lei de criação do Fundo Verde-Amarelo, e dentro da política de C,T&I do MCT. Esse trabalho prévio possibilitou que, embora o Fundo só tenha iniciado sua operacionalização efetiva em novembro de 2001, pudesse de fato ser implementado ainda no exercício de 2001. O Sr. Pacheco concluiu afirmando que, embora a operação tenha sido emergencial, o MCT considera que, em seu conjunto, os projetos aprovados são válidos, relevantes e representam

uma contribuição positiva cujos resultados certamente serão observáveis nos próximos anos. Concluindo que este procedimento não deve ser repetido, e que as novas iniciativas do Fundo deverão refletir as prioridades da política de C,T&I e as diretrizes definidas pelo Comitê Gestor.

O Sr. Bernardini notou, em um primeiro olhar sobre as fichas técnicas dos projetos, que alguns dos projetos não estavam, em seu entendimento, de acordo com o espírito do Fundo, pois não constavam empresas como contratantes, mas sim institutos de pesquisa, universidades e fundações. O Sr. Jorge Ávila esclareceu que, devido a restrições legais, os recursos só podem ser destinados a instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. O fato do contratante ser uma universidade ou instituto de pesquisa não significa que as empresas não participem dos projetos. Segundo a explicação do Sr. Jorge Ávila, a maioria dos projetos contratados envolve empresas. Além disso, esclareceu que alguns projetos não contam com a participação direta de empresas, mas trazem benefícios diretos e indiretos para vários setores relevantes da economia.

O Sr. Piccinini lembrou que os recursos do ano passado, por uma questão emergencial, foram alocados nos programas existentes, e que o mais importante agora era discutir alternativas e definir diretrizes para as novas iniciativas. Segundo o Sr. Piccinini, é importante utilizar os instrumentos de política e os mecanismos já implementados pelo sistema para facilitar o escoamento dos recursos, porém isso deve ser feito dentro de uma nova lógica e segundo as diretrizes a serem definidas pelo Comitê. Manifestou também a necessidade de definição de uma metodologia para acompanhamento e avaliação dos projetos contratados a partir de regras aprovadas pelo Comitê Gestor.

Os Srs. Bernardini e Guarita demonstraram satisfação ao verificarem que vários projetos contratados estão sendo capitaneados pelas próprias empresas.

O Sr. Guarita expôs sua preocupação em relação à possibilidade de que os recursos do Fundo Verde-Amarelo venham a ser utilizados para substituir recursos já existentes no sistema MCT. Isso seria ruim, pois os novos recursos apenas substituiriam as fontes tradicionais que tenderiam a ser reduzidas, como já havia ocorrido em outras áreas. Adicionalmente, afirmou haver dispersão de recursos na carteira contratada em 2001. Em resposta, o Sr. Carlos Pacheco informou que o sistema MCT, nos últimos anos, dispunha de pouco volume de recursos e de poucos mecanismos de financiamento não reembolsável, com o grau de liberdade e de generalidade que o Fundo Verde-Amarelo dispõe. Informou também que os recursos eram poucos para fazer frente às necessidades mais urgentes do sistema, e que muitas funções básicas não estavam sendo de fato implementadas, em prejuízo do presente e futuro. Citou, como exemplo, o atraso do país na área de Tecnologia Industrial Básica – em que pese o esforço conjunto do MCT e MDIC nos últimos anos –, a debilidade do programa de recursos humanos em áreas estratégicas, cujo objetivo é colocar pessoal de elevada qualificação nas empresas; a descontinuidade das ações de apoio à inovação nas pequenas e médias empresas. Neste contexto, considerou que a preocupação do Sr. Guarita e de outros era legítima, mas que, do ponto de vista do MCT, não havia nenhum problema em financiar, com recursos dos Fundos, atividades relevantes para

estimular a inovação. Lembrou que parte das funções regulares do MCT e agências não vinham sendo executadas por falta de recursos, e que a questão relevante é eleger aquelas áreas prioritárias que se enquadrem nos objetivos legais e diretrizes do FVA. Prosseguindo, sustentou que o fato do Fundo Verde-Amarelo ter como objetivo promover a inovação, não implica em alocar todos os recursos na indústria diretamente. É preciso organizar estratégias de política para o país, que permeiem os diversos Fundos Setoriais e os instrumentos que o ministério possui além dos Fundos Setoriais, como: crédito, subvenção, fomento e bolsas. É necessário direcionar e alinhar os instrumentos relacionados a C,T&I à política. É consensual que os recursos são poucos para atender todas as linhas de atuação, neste contexto, é essencial determinar as prioridades, buscar maior interação com os outros Fundos Setoriais e com os outros atores no âmbito governamental e externos a este. Trata-se, segundo o Sr. Pacheco, de dar um passo adiante na construção e consolidação de um sistema nacional de inovação, sem o qual as indústrias, ainda que assim desejem, não conseguirão transformar a inovação em mola da competitividade e do desenvolvimento em geral. Esta estratégia vem sendo adotada pela OCDE, cujas recomendações apontam que o fundamental para um País é a busca de um Sistema Nacional de Inovação. Concluindo, o Sr. Pacheco afirmou que é necessário entender que a inovação, ainda que tenha na empresa o seu ator econômico relevante, pressupõe uma teia de atores e instituições, e que o relevante das políticas contemporâneas está relacionado com a reforma da relação público-privado, de tal maneira que se desobstruam os canais e mecanismos indispensáveis de interação que levam à inovação.

Segundo o Sr. Castro, a soma de recursos de que o Fundo Verde-Amarelo dispõe é uma pequena fração daquilo sobre o qual ele pode influenciar, o que obriga a uma ponderação cuidadosa do tema. A fração do tempo dedicada a analisar como foram utilizados os recursos do Fundo deve ser mínima, pois esse aspecto não é absolutamente decisivo. O Fundo Verde-Amarelo deve se constituir como um fundo catalisador, um fundo horizontal, e seu Comitê Gestor, constituído por representantes de setores importantes da sociedade, deveria funcionar como instância de debates e como importante canal de escuta para o governo. O Fundo e seu Comitê devem ser, sobretudo, formuladores para a sociedade, no sentido de que não será apenas o MCT que necessitará de uma política tecnológica assumida e conceitualizada com um mínimo de rigor, mas também o SEBRAE, a CNI, o MDIC, restando à Universidade se mobilizar e tomar posições sobre política tecnológica, debater, confrontar, etc. Ainda segundo o Sr. Castro, a função capital do Comitê Gestor é pensar as novidades, novos instrumentos, novos Fundos, todos carecendo de critérios e de política consistentes.

O Sr. Maurício Piccinini e o Sr. Moacir Fischmann, explicitaram suas dúvidas quanto aos novos instrumentos de arrecadação do Fundo Verde-Amarelo. Diante disso, o Sr. Carlos Pacheco passou, então, a esclarecer as dúvidas dos membros do Comitê, a respeito dos novos mecanismos de arrecadação e as novas possibilidades de uso dos recursos do Fundo, instituídas pela Lei n. 10.332, de 19 de dezembro de 2001. Em resposta a preocupação levantada pelos Srs. Bernardini, Flávio Grynzpan, Guarita e Piccinini sobre a disponibilidade de recursos para o ano corrente, o Sr. Pacheco estimou que, para o ano de 2002, é perfeitamente possível que sejam

alocados recursos da ordem de duzentos milhões de Reais, em projetos com prazos de execução de 24 meses, com gastos distribuídos em 3 exercícios fiscais (2002, 2003 e 2004).

Em relação ao artigo 6º da Lei 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que reserva 30 % do montante de recursos do Fundo Verde-Amarelo para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Sr. Pacheco informou que a demanda científica normal dessas regiões, hoje corresponderia a dezessete ou dezoito por cento do volume de recursos alocados pelo Fundo, entretanto, não é difícil chegar a trinta por cento com uma boa carteira de projetos, que tratassem de projetos estratégicos para o País, como a biotecnologia da Amazônia. Os gastos do FVA nestas regiões em 2001 equivaleram a 29% do total. O Sr. Pacheco argumentou que reforçar a capacidade das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em C,T&I é orientação política básica deste governo, e que a disposição legal de aplicar certo percentual de recursos dos fundos nestas regiões não deve ser visto pelo prisma da restrição, mas das oportunidades.

Dando prosseguimento a pauta, iniciou-se a discussão do Documento de Diretrizes. Foram distribuídas cópias das contribuições ao texto base elaboradas pelo MDIC juntamente com o BNDES e das sugestões da FIESP. O Sr. Castro citou que o Documento original é bom, porém muito extenso, devendo ser enxugado, substantivado e direcionado, sendo essa a contribuição que se espera do Comitê Gestor. Diante disso, sugeriu que nas reuniões seguintes, fosse reservado um espaço para que integrantes do Comitê Gestor façam uma breve exposição sobre sua visão de política de C,T&I, trazendo contribuições de suas instituições para o debate. Esta proposta foi acolhida, formulada e transformada no principal ponto da agenda da próxima reunião do Comitê.

Entendendo que pouco poderia ser feito em relação à criação de instrumentos e mecanismos novos, os desafios estariam, segundo a Sr. Castro, na busca de novas maneiras de se organizar a demanda, novas interações entre os atores e na criação de novas formas para se operar os instrumentos existentes. Se os recursos são escassos e pretende-se ter algum tipo de impacto, é necessário estabelecer prioridades. Na medida em que esses recursos são direcionados para financiar programas existentes, acabam sendo absorvidos, e transformam-se em complementação orçamentária, o que não é desejável.

O Sr. Suzigan ponderou que é necessário ter em conta, de um lado, as funções complexas da universidade, que envolvem desde a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade como um todo, até a produção de conhecimentos novos; de outro lado, a universidade – heterogênea em todos os aspectos – é o centro do sistema nacional de inovação. Sem a contribuição da universidade o Brasil não teria os casos existentes de inovação para exemplificar a importância da C,T&I para o desenvolvimento econômico. O desafio é promover o intercâmbio universidade-empresa, respeitando as especificidades dos atores envolvidos e evitando o reducionismo de transformar a universidade em mera prestadora de serviços para as empresas. Em relação ao Documento Básico, sugeriu que a Secretaria Técnica, elaborasse uma consolidação das propostas encaminhadas, de maneira a facilitar sua análise pelos membros do Comitê na próxima reunião.

O Sr. Jorge Ávila considerou que seria prematuro, neste momento, elaborar um Documento de Diretrizes com uma carga muito grande de conteúdo específico relacionado aos tipos de atividades do Fundo.

O Sr. Castro e o Sr. Bernardini foram categóricos em afirmar que o *locus* da inovação é a empresa. A inovação tende a ser um mecanismo de isolamento, vantagem competitiva e uma questão de sobrevivência, pois a qualidade passou a ser nada mais que uma obrigação. Neste sentido, o Sr. Bernardini estimou que cerca de 99% das chamadas “inovações” são incrementais ou seja, não passam de melhorias em produtos já existentes e que, neste caso, as empresas são as grandes responsáveis pelas ações. Ainda segundo o Sr. Bernardini, o objetivo lógico da Universidade é a formação de recursos humanos, sendo a pesquisa universitária realizada com finalidade acadêmica. Não há relação direta e imediata entre as atividades de pesquisa e a inovação. Como confirmação deste fato, citou que as universidades americanas respondem por menos de três por cento das patentes depositadas naquele país. Continuando, o Sr. Bernardini expôs que o valor econômico, que é o que o país persegue com essa política, não está no conhecimento em si, que é importante, mas na capacidade das empresas de transformá-lo em inovação. Assim sendo, fica claro que, embora seja desejável, o País não precisa, necessariamente, dominar cientificamente um determinado campo para ser inovador neste. No entender do Sr. Bernardini, não cabe aos fundos o financiamento dos fatores sistêmicos, ou seja, a formação de recursos humanos, a pesquisa científica e a pesquisa aplicada, essas demandas precisam continuar a ter um *funding* próprio. Neste ponto o Sr. Pacheco voltou a idéias já levantada anteriormente, de que, embora o Fundo não tenha mandato nem capacidade financeira para atuar em todos os fatores que afetam a inovação, é necessário definir áreas e temas cruciais para o funcionamento do sistema de inovação, sem o que a decisão das empresas de inovar terá dificuldades para se concretizar. Neste sentido, o Sr. Pacheco sustentou a tese de que talvez o mais relevante seja atuar, por meio dos fundos, nos pontos nevrálgicos que travam o intercâmbio e os fluxos de informação e experiências entre os principais atores que integram o processo de inovação.

O Sr. Paulo Íris comentou que as escolas técnicas possuem uma competência que pode e deve ser utilizada no esforço de se construir um ambiente favorável à inovação, como é o caso de Taiwan. Em relação a clientela, o representante do SEBRAE citou que, em termos de micro e pequenas empresas, temos por volta de quatro milhões de empresas formais no País e, estima-se, mais dez milhões de informais. As cerca de quinze milhões de pequenas empresas representam um universo muito amplo e segmentado. As empresas apresentam diferentes níveis tecnológicos, e a promoção da inovação precisa levar em conta essas diferenças. Segundo sua visão, as demandas dessas empresas passam muito mais por uma questão de difusão tecnológica do que inovações tecnológicas radicais.

O Sr. Bernardini ressaltou que o MCT deve manter um banco com informações sobre a oferta disponível de conhecimento nas universidades, centros de pesquisa e institutos tecnológicos. Sugeriu que o CGEE deveria coordenar esse trabalho o qual, seria disponibilizado para o setor privado. Paralelamente deve ser iniciado um trabalho de identificação dos gargalos tecnológicos nos diferentes setores e das demandas das empresas por

tecnologia. Esse levantamento é demorado, porém, é preciso ser iniciado já; muitas vezes o empresário não consegue explicitar seus problemas tecnológicos, neste sentido a universidade possui uma maior capacitação para disputar projetos. De qualquer forma, é preciso conhecer as demandas das empresas e a capacidade de oferta de tecnologia das universidades e centros de pesquisa. Este poderia ser mais um trabalho do CGEE. Como o levantamento das demandas é relativamente demorado, o Sr. Bernardini sugere que, neste momento, os recursos sejam direcionados para alguns programas pequenos que estão funcionando, que podem ser melhorados, desburocratizados e que podem ter um efeito multiplicador rápido.

Segundo o Sr. Pacheco, durante décadas, a concepção do setor privado brasileiro, e também dos gestores públicos no Brasil, era de que tecnologia é uma coisa que se compra. Analisando a pauta de demandas do setor privado levantada no Fórum de Competitividade no MDIC, observa-se que ela se concentra em aspectos mais imediatos, que compreensivelmente preocupam os empresários: carga fiscal, crédito, tarifas, acesso ao incentivo à exportação, etc. Muito raramente a dimensão tecnológica é explicitada. Em relação às considerações levantadas pelo Sr. Bernardini, o Sr. Pacheco afirmou não acreditar que se consiga chegar a um bom lugar operando a política a partir de um preceito de oferta e demanda, pois o problema é muito mais amplo, envolve principalmente conectar os atores. Assim sendo, disponibilizar o conhecimento da universidade para o setor privado não vai resolver o problema das empresas. As ações têm que ser muito mais contundentes, devem ser dirigidas no sentido de montar um Sistema Nacional de Inovação. Segundo o Sr. Pacheco, para que o Fundo Verde-Amarelo faça diferença, seria preciso concentrar a ação na interface demanda/oferta, de forma extremamente criativa, pois o País possui a desvantagem de que o relacionamento entre os atores envolvidos no processo é muito ruim. Apenas para exemplificar, citou o fato de que o INPI publica um boletim mensal sobre informações patentárias que custa apenas o preço da fotocópia, porém apenas cento e cinquenta empresas no Brasil compram este boletim. Assim sendo, considera que um dos papéis do Fundo Verde-Amarelo deve ser induzir ações envolvendo a informação tecnológica. O Sr. Bernardini reafirmou que sua sugestão não era a montagem de um balcão, mas um passo necessário e indispensável, inclusive para viabilizar a atuação na interface, como mencionado pelo Sr. Pacheco.

O Sr. Piccinini colocou que é fundamental, como início de entendimento, promover uma discussão sobre o que se entende por inovação, pois a inovação existe em diversas dimensões, em diferentes níveis, e abarca diferentes questões e níveis de capacitação. Uma empresa pode ser competitiva, com capacitação interna ou externa a ela. Isto depende do setor, da sua competência, do porte da empresa, da estrutura de mercado em que ela atua, do sistema de inovação que circunda essa empresa aonde ela pode ou não buscar o conhecimento, ou seja, depende muito como ela se coloca perante a inovação.

O Sr. Guarita expôs que há uma carência de recursos em programas consensualmente fundamentais, como a questão da Tecnologia Industrial Básica. A novidade pode estar, não na criação de um instrumento novo, mas na operação diferente da tradicional de um mesmo instrumento. Esse caminho não precisa estar necessariamente associado ao volume de recursos de forma

direta. Neste sentido, pensar um sistema de separação e de seletividade no qual se submete a empresa a uma lógica que não é a dela, que é organizar o seu projeto no formato que o CNPq e a FINEP há quatro décadas submetem à Universidade, significa pensar na empresa com a regra do outro, o que traz dificuldades para obtenção de resultados favoráveis.

Em relação aos instrumentos, o Sr. Jorge Ávila afirmou que o desafio enfrentado no momento de desenhá-los é que, de fato, se consiga traduzir os objetivos da ação, ou seja, adequá-los de maneira satisfatória às demandas específicas do setor empresarial.

Segundo o Sr. Pacheco, não há nenhum impedimento para que se desenvolva um modelo institucional completamente novo de relação entre os atores do processo de inovação, isso pode ser induzido de acordo com a forma de alocação dos recursos. Existem problemas de ordem temporal, pois o governo muda no final de ano e algumas coisas têm de estar suficientemente consolidadas para que não sofram rupturas no futuro, algumas ações precisam estar organizadas e institucionalizadas. Neste sentido, é necessário observar que qualquer chamada pública demanda tempo entre a sua formatação, publicação, formulação das propostas, julgamento, realização dos convênios e contratos e, finalmente, iniciar o desembolso. Deste modo, concluiu-se que a discussão da base teórica das Diretrizes do Fundo Verde-Amarelo deve caminhar paralelamente às decisões sobre ações efetivas do Fundo, como o lançamento de chamadas, etc, inclusive para que os atores que estão do outro lado, aguardando, comecem a enxergar o fundo e identifiquem os mecanismos de acesso. Essas iniciativas não devem comprometer pesadamente a carteira do Fundo, de modo a garantir a viabilidade de novas ações ao longo do ano. Neste sentido, foi encomendado a Secretaria Técnica do FVA, que já na próxima reunião do Comitê Gestor, seja apresentada uma proposta de ação na linha de apoio à Projetos Cooperativos, claramente embasada, para análise pelo Comitê Gestor.

Encerrada a reunião, o Presidente em exercício do Comitê Gestor agradeceu a presença e a participação de todos no encontro, e marcou a realização de uma reunião extraordinária, marcada para o dia 15 de março de 2002, de sede na FINEP localizada do Rio de Janeiro, com início previsto para as 9 horas, com início com os seguintes itens de pauta:

- 1) Aprovação da Ata da II Reunião do Comitê Gestor;
- 2) Apresentações dos membros do Comitê Gestor, expondo o que esperam da política tecnológica e especificamente do Fundo Verde-Amarelo;
- 3) Discussão do Documento de Diretrizes incorporando as contribuições apresentadas;
- 3) Apreciação da proposta de ação na linha de projetos cooperativos;

Carlos Américo Pacheco

Guilherme Euclides Brandão

Jorge Ávila

Maurício Serrão Piccinini

Moacir Fischmann

Paulo Íris Ferreira

Mário Bernardini

Marco Antônio Reis Guarita

Antônio Barros de Castro

Wilson Suzigan